
**OFICINA DO HISTORIADOR
ENTREVISTA
RODRIGO PATTO SÁ MOTTA**



Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), Mestrado em História pela mesma instituição (1993) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland (2006-2007), e como Professor visitante na Universidad de Santiago de Chile (2009). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do CNPq. As publicações mais relevantes são os livros: “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil”(2002), “Jango e o golpe de 64 na caricatura” (2006) e As universidades e o regime militar (2014). Atual presidente da Associação Nacional de História (ANPUH).

Entrevista realizada por: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves e os doutorandos: José Oliveira da Silva Filho e Leonardo de Oliveira Conedera.

Oficina do Historiador - Professor Rodrigo Patto, gostaríamos que falasse sobre sua formação. Por que optou por estudar história?

Rodrigo Patto Sá Motta: No Colégio a minha disciplina favorita era História, embora naquela época os livros didáticos não fossem bons, e certos temas eram interditos devido ao contexto da ditadura. Passei a ter professores e aulas mais interessantes somente no segundo grau. Mesmo assim, eu sentia um fascínio muito grande pela História, embora não considerasse a possibilidade de ser um profissional desse campo. Passei no vestibular de janeiro de 1984 para o curso de administração, mas, insatisfeito com as disciplinas e com o tipo de trabalho que me aguardava, e também por influência da militância política, acabei procurando outra opção na área de Ciências Humanas. Pensei na possibilidade de cursar Ciências Sociais, entretanto, após

examinar a grade curricular e assistir a algumas aulas tive certeza de que a História me apaixonava mais. A entrada no curso de História foi um prazer muito grande, pela satisfação de estudar algo que me fascinava. E o fascínio continua, cada vez maior.

Oficina do Historiador - Qual a sua atual área de interesse no que diz respeito à pesquisa?

Rodrigo Patto Sá Motta: Desde o início da graduação a inclinação mais forte era por temas relacionados à política e aos fenômenos do poder. Isso sempre foi o que mais me interessou: como o poder político é exercido, como é construído, como é disputado. Nas primeiras pesquisas, na iniciação científica e no mestrado, eu trabalhei com história política a partir de um viés que chamo de “clássico”. História da guerra, das instituições, história de partidos. A partir do doutorado, entretanto, comecei a interessar-me por abordagens próximas à chamada Nova História Política, com enfoque aberto à compreensão dos encontros e desencontros entre a política e a cultura. Daí ter começado a adotar noção mais abrangente do território da política, que alguns autores preferem chamar “do político” exatamente para realçar a ideia de expansão das fronteiras tradicionais desse campo em novas direções, que incluem, por exemplo: discursos, representações, imaginário, símbolos, iconografia, entre outras possibilidades. Devo deixar claro, porém, que ao adotar conceitos e abordagens da nova história (ou da história cultural) não abandonei o estudo dos temas clássicos. Compreender o papel dos atores e a dinâmica das instituições continua importante, e tal trabalho pode ser enriquecido com a utilização de novas perspectivas e aportes teóricos. Nessa linha, minhas pesquisas recentes (especialmente no livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*) são contribuições à historiografia da ditadura militar, com enfoques que combinam questões clássicas (a construção do Estado, as disputas pelo poder, as políticas estatais) a temas caros às novas tendências (cultura política, imaginário, cultura visual).

Oficina do Historiador - Qual foi a sua principal motivação quando pleiteou ser presidente da ANPUH?

Rodrigo Patto Sá Motta: Eu recebi com surpresa e alegria o convite para montar uma chapa para a diretoria da ANPUH. Eu participo das atividades da ANPUH desde a época da graduação, quando fui a um encontro da regional de Minas Gerais em 1988. Por sorte, a oportunidade de ocupar o cargo coincidiu com um período favorável na minha carreira, em que

era possível reduzir minhas atividades de pesquisador em benefício de uma experiência de dois anos como presidente da entidade. A motivação é o desafio de realizar um bom trabalho e obter o reconhecimento dos colegas. Mas, sobretudo, motiva-me a vontade de trabalhar pelo fortalecimento da nossa entidade, que eu penso deve ser representativa de todos os segmentos do nosso grupo profissional, tanto da historiografia de ponta quanto dos professores do ensino básico.

Oficina do Historiador - Qual a importância da promulgação da lei da profissionalização do historiador cujo projeto ainda está transitando no Congresso?

Rodrigo Patto Sá Motta: A lei poderá fortalecer a nossa profissão, pois vai valorizar a graduação em História e, quem sabe, atrair mais jovens talentosos interessados em tornarem-se historiadores. E a formação universitária deve mesmo ser valorizada, até para que possamos superar as deficiências existentes. Devemos reconhecer que a Universidade é o lugar adequado para a formação de historiadores. É um espaço privilegiado para a realização de reflexões, debates, discussões teóricas e treinamento em técnicas e metodologias de pesquisa. O estudante aprende com o professor, mas também com seus colegas e com as estruturas que a instituição oferece.

Com a aprovação da lei será possível a criação do cargo de historiador em áreas técnicas do serviço público (Tribunais, Arquivos etc.), o que vai tornar a carreira mais atraente. Além disso, de acordo com o texto legal que tramita agora na Câmara, para lecionar a disciplina no ensino fundamental e médio será exigida a formação específica. Porém, a contratação para a docência superior permanecerá a critério das próprias Universidades. Vale a pena reiterar que continuará livre a pesquisa e a publicação, embora isso seja óbvio, já que nenhuma lei ordinária pode se sobrepor ao preceito constitucional da liberdade de expressão. Assim, a lei se prestará a regular parte do mercado de trabalho, com exceção do ensino superior. Mas, não vai restringir a produção do conhecimento histórico.

É muito importante aprovar uma lei para a profissão de historiador. Temos o direito de demandar o reconhecimento legal de nossa profissão, do mesmo modo que outras áreas do saber o fizeram – e com sucesso. A lei terá efeitos significativos em certos segmentos do mercado de trabalho e vai contribuir para fortalecer a graduação em História. Não devemos exagerar as expectativas, porém. Nada vai mudar na área da pesquisa, da pós-graduação e na produção do conhecimento histórico. A liberdade de expressão continuará intocada.

Oficina do Historiador - Por que a atual diretoria da ANPUH retirou e reencaminhou uma nova documentação para a regulamentação da profissionalização do historiador?

Rodrigo Patto Sá Motta: Nós não retiramos o projeto anterior, o que fizemos foi estabelecer uma estratégia de negociação para desbloquear a tramitação do projeto. A nossa gestão assumiu a ANPUH em meio a polêmicas e críticas em relação ao projeto, o que provocou sua paralisação na Câmara. Por isso, tivemos de fazer escolhas para tentar retomar a tramitação parlamentar do projeto. Embora considerássemos o PL original adequado às nossas expectativas optamos por negociar um aperfeiçoamento do texto. Animados por esse espírito participamos de reuniões com parlamentares e também com representantes das demais entidades científicas interessadas, principalmente SBHC, SBHE e SBPC (Sociedade Brasileira de História da Ciência, Sociedade Brasileira de História da Educação, Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência).

A postura que a ANPUH adotou - que evidenciou nossa disposição para dialogar e negociar - resultou em avanços. Algumas pessoas anteriormente contrárias à lei passaram a apresentar-se favoráveis à regulamentação e o diálogo com as outras entidades gerou a aproximação de pontos de vista, em grande parte como resultado da nossa concordância em abrir mão de certos aspectos do PL original e incorporar algumas opiniões dos críticos. As conversas levaram à elaboração de uma emenda substitutiva que altera alguns aspectos do PL4669, e ela foi aprovada em duas comissões da Câmara (CTASP e CCJC), em abril e maio de 2014. Com a aprovação por essas duas comissões, o PL ganhou melhores condições para aprovação no Plenário da Câmara. No entanto, tivemos a Copa e as eleições, que geraram um recesso branco no Congresso. Nos últimos dias a Câmara retomou a normalidade, e voltamos à carga na batalha pela votação do projeto.

Oficina do Historiador - Como está sendo a experiência na presidência da entidade?

Rodrigo Patto Sá Motta: É uma experiência única na minha vida, de uma intensidade muito grande. Sinto-me muito honrado por desempenhar essa função, mas, ao mesmo tempo, tenho a exata noção da responsabilidade que ela implica. O trabalho é grande, e tenho a sensação que o volume tem crescido, no entanto, há recompensas também. Tenho conhecido muita gente e

participado de debates instigantes, para não falar da oportunidade de viajar a partes do Brasil que ainda não conhecia. Enfim, está valendo a pena.

Oficina do Historiador - O atual cenário político neste ano eleitoral tem levantado a discussão sobre a necessidade de reformulação do currículo voltado para o Ensino Médio. Tais medidas que visam “enxugar” o currículo apontam para retirada de algumas disciplinas de humanidades do atual currículo. Que medidas a entidade pretende tomar para garantir a manutenção da disciplina de História no currículo, caso esta seja também alvo desse processo? A manifestação realizada pela ANPUH no dia 17 de outubro deste ano teve qual intenção?

Rodrigo Patto Sá Motta: O manifesto é resultado da nossa preocupação com o quadro atual, em que as autoridades educacionais planejam mudanças nos currículos escolares sem, a nosso ver, uma devida fundamentação reflexiva. Preocupa-nos a possibilidade de redução da carga horária de história, e não por razões meramente corporativistas, mas pela importância que atribuímos à disciplina para a formação escolar. Por isso, nós conclamamos toda a área a discutir a situação, para que os historiadores tenham uma posição bem fundamentada em relação a essa questão. Não se trata de fazer uma defesa do status quo, e sim de debater qual o lugar da história na formação escolar, para termos como nos posicionar diante das autoridades e sermos propositivos. A ideia é organizar debates em nível estadual até maio de 2015, que vão convergir em uma jornada nacional, que realizaremos naquele mês, em São Paulo. Nessa jornada pretendemos fazer um balanço dos debates prévios e estabelecer posições comuns sobre o tema da reformulação dos currículos escolares em plano nacional. Nossa sugestão para os colegas envolvidos nesses debates é que contemplem as seguintes perguntas: Qual o lugar dispensado às demandas da Escola, do Ensino e, sobretudo, do saber histórico escolar na formação do historiador? Qual o lugar do conhecimento histórico no currículo escolar? Por que continua importante estudar história nas escolas? Qual o papel do ensino de história, para que ele serve? Sobretudo, o que deve ser ensinado na história escolar?

Oficina do Historiador - Quais as questões que você tem elegido como prioritárias a frente da Associação? E qual a sua avaliação da sua gestão a frente da entidade?

Rodrigo Patto Sá Motta: A nossa diretoria tem como prioridades a aprovação da lei de regulamentação profissional, o debate sobre a reformulação do ensino básico, a organização de

um excelente Simpósio Nacional História, em Florianópolis no próximo ano, e o problema dos padrões éticos para a pesquisa científica. A propósito do último assunto, realizamos recentemente, no Rio, a Jornada História e Ética, cujos debates foram gravados e vamos divulgar em breve no site da ANPUH. Além disso, nos empenhamos para melhorar as mídias da ANPUH e reformular nossa linguagem visual, com uma nova estratégia para o facebook (que passou a ter mais ênfase acadêmica), e a criação de nova logomarca e um site novo (que está prestes a entrar no ar). Há também um grande número de outros temas que nos ocupam, pois novas demandas chegam quase todas as semanas. Em vista do grande acúmulo de trabalho e da realidade da nossa estrutura organizacional, que ainda é frágil, penso que temos feito um bom trabalho. Porém, quem deve julgar são os nossos sócios.

Oficina do Historiador - Qual a importância dos profissionais que atuam na área de História manterem-se engajados na instituição ANPUH?

Rodrigo Patto Sá Motta: A resposta poderia ser aplicada a quase qualquer entidade do mesmo gênero. É importante participar da ANPUH porque ela congrega e representa os historiadores brasileiros. Quanto mais forte e representativa se tornar a nossa entidade tanto melhor para o grupo todo. Os historiadores têm opiniões diferentes sobre muitas questões relacionadas à área, é claro, e isso é positivo. Mas há também temas de interesse comum, como os desafios do ensino de história no sistema escolar, a pós-graduação, a pesquisa etc. A ANPUH organiza fóruns e debates sobre essas questões, como o Fórum de Pós-graduação, que é coordenado pela entidade e configura um espaço fundamental para discutir os problemas desse setor. Mesmo que os historiadores diverjam diante das estratégias a adotar frente aos temas comuns, continua fundamental a existência de uma entidade para organizar e encaminhar o debate. Por isso temos a ANPUH, e ela é cada vez mais indispensável.